



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 86/96

Rubrica: _____

PROCESSO Nº: 86/96 (5 volumes)

ORIGEM: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

ASSUNTO: Admissão de Pessoal

EMENTA: Exame da legalidade, nesta fase, de inclusões *sub judice* na PMDF decorrentes de concurso público, para a graduação de Soldado PM, regulado pelo Edital nº 2/1995-PMDF. **Decisão nº 4.013/13 (última constante dos autos):** cumprimento da Decisão nº 5.184/12 (anterior); conhecimento de inclusões e posteriores desligamentos de militares; legalidade de inclusões na Corporação; e nova diligência à PMDF. **Unidade Técnica** sugere ao Tribunal que: tome conhecimento do documento encaminhado pela Corporação em atendimento à Decisão nº 4.013/13, bem como das inclusões e posteriores desligamentos de militares; dispense a PMDF do atendimento da diligência determinada na Decisão nº 4.013/13; tenha por legais inclusões no efetivo da PMDF, por terem os respectivos militares sido beneficiados pelo Decreto nº 28.169/07, considerado legal e válido pelo Tribunal mediante a Decisão Reservada nº 34/09; e autorize o arquivamento dos autos. **Ministério Público** aquiesce às sugestões da Unidade Técnica, ressaltando entendimento contrário quanto à Decisão Reservada nº 34/09, que considerou que o Decreto nº 28.169/07 guarda conformidade com a legislação vigente. **Voto convergente, com ajuste.**

RELATÓRIO

Cuidam os autos, nesta fase, do exame da legalidade de inclusões *sub judice* para a graduação de Soldado, ocorridas na Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital nº 2/1995-PMDF.

Na última assentada, o Tribunal, pela Decisão nº 4.013/13, às fls. 841/842, deliberou o seguinte:

“I - tomar conhecimento, considerando cumprida a Decisão nº 5.184/12: a) do Ofício nº 515/DRS (fls. 826/27), expedido pela Polícia Militar do Distrito Federal; b) das inclusões e posteriores exclusões dos Soldados Policiais Militares Edmilson Ribeiro Romeiro, Elvino Pereira Cardoso e Reginaldo Lima Sousa das fileiras da PMDF; II - em consonância com o Enunciado nº 20 da Súmula de Jurisprudência desta Corte: a) tomar conhecimento das medidas adotadas pela jurisdição, em cumprimento a decisões judiciais, já transitadas em julgado, que deram causa às admissões, nas fileiras da Polícia Militar do Distrito Federal, dos seguintes Soldados Policiais Militares, oriundas do Concurso Público para Soldado Policial Militar, regido pelo Edital nº 02/95: Airton Lima da Rocha, Alberto de Brito, Antônio Leiva Ornelas, Guedes Antonio Mauricio Saraiva da Silva, Cláudio de Souza Ramos, Djair dos Santos Figueira, Edimar Francisco Ribeiro, Ernando Rodrigues dos Santos, Francisco Alves de Sousa, Francisco de Assis Alves Marques, Francisco Élio Josino do Amaral, Gelson Tibúrcio Ferreira, Gilcemar Barbosa de Jesus, Jeezi Marques de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 86/96

Rubrica: _____

Matos, Joao Henrique Ribeiro de Almeida, João Rodrigues Ataide, José Adaglei Pinto Povia, Juarez Jose da Silva, Kilsey Everson Sidney da Costa, Luciano Oliveira do Nascimento, Manoel Francisco dos Santos Filho, Marcelino Farias de Almeida, Marcelo Lopes Marcio Clementino de Carvalho, Marcos Rodrigues de Souza, Marivaldo Galdino da Silva, Mauricio Sousa Nascimento, Moises Xavier de Lima, Neverson Maciel Javorski, Newton Vieira Vasconcelos, Pedro de Medeiros Diniz, Plabo Fabiano de Araújo, Rogerio de Queiroz Cavalcanti Rogerio Teixeira de Araujo, Rubens Jose de Sousa Valderi Rodrigues Pedrosa, Valério Souza Cruz, Valmer Lopes da Silva, Wagner Barros Sobrinho, Willame Xavier Lima e Wellington Leite de Souza, b) promover o registro das admissões para que possam surtir seus efeitos legais; III - considerar legal, para fim de registro, a inclusão nas fileiras da Polícia Militar do Distrito Federal, do Soldado Policial Militar Claudionísio Rodrigues de Carvalho, oriunda do Concurso Público para Soldado Policial Militar, regido pelo Edital nº 02/95; IV - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que encaminhe informações a respeito do trânsito em julgado, quando ocorrer, das ações judiciais impetradas pelos policiais abaixo relacionados, cujas inclusões decorreram do concurso público regulado pelo Edital nº 2/95, e as providências porventura adotadas em caso de decisão desfavorável aos impetrantes: Charles Nunes Macedo de Oliveira, Dagmar Ornelas Nascimento, Degeni Euzebio da Silva, Edmilson Ferreira da Silva, Fernando Francisco Pires, Euzico Tavares de Brito Sobrinho, Oziel de Oliveira Cunha, Ricardo de Oliveira Gonçalves e Wellington Paulo dos Reis; V – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para os devidos fins.”

Ao analisar o cumprimento da diligência determinada na citada decisão, a SEFIPE apresenta as seguintes considerações:

“3. Por meio do Ofício nº 643/2013-DRS (fl. 844), a PMDF informou que:

- ocorreu o trânsito em julgado na ação interposta por Degeni Euzebio da Silva, com decisão desfavorável à impetrante, mas a militar permanece na Corporação em cumprimento a determinação judicial exarada no Processo nº 2013.01.1.128123-7;

- ocorreu o trânsito em julgado na ação interposta por Wellington Paulo dos Reis, com decisão desfavorável ao impetrante, mas o militar permanece na Corporação em cumprimento a determinação judicial exarada no Processo nº 2006.01.1.129436-5;

- os militares Charles Nunes Macedo de Oliveira, Edmilson Ferreira da Silva, Euzico Tavares de Brito Sobrinho e Oziel de Oliveira Cunha foram desligados da Corporação;

- as demais ações ainda pendem de decisão final (são eles: Dagmar Ornelas Nascimento, Fernando Francisco Pires e Ricardo de Oliveira Gonçalves).

4. Em pesquisa junto ao Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, confirmamos que Charles Nunes Macedo de Oliveira, Edmilson Ferreira da Silva, Euzico Tavares de Brito Sobrinho e Oziel de Oliveira Cunha foram desligados na PMDF.

5. Com relação a Degeni Euzebio da Silva, Wellington Paulo dos Reis, Dagmar Ornelas Nascimento e Ricardo de Oliveira Gonçalves, cabe informar esses militares foram beneficiados pelo Decreto nº 28.169/2007 (cópia às fls. 845 a 848).

6. O mencionado decreto, por meio do qual o Governo do Distrito Federal realizou a efetivação de candidatos incluídos nas fileiras da Corporação na condição sub judice, no concurso objeto do presente processo e em outros realizados até o ano de 2002, foi apreciado pela Corte no Processo nº 2492/1993, que assim se manifestou (Decisão Reservada nº 34/2009):

por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 2963 DP/5, de 25.03.2008 e anexos (fls. 675/678), encaminhado pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 86/96

Rubrica: _____

*Polícia Militar do Distrito Federal, em cumprimento ao item IV da Decisão Reservada nº 01/2008, bem como do Ofício nº 704/CM (fls. 698/700), encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, em atenção ao item II da Decisão Reservada nº 01/2008; **II - considerar que o Decreto nº 28.169/2007 guarda conformidade com a legislação vigente e homenageia, entre outros, os princípios da razoabilidade, da eficiência e da economicidade, bem como prestígio o interesse público;** III - encaminhar cópia do Relatório/Voto do Relator e desta decisão aos Excelentíssimos Senhores Governador do Distrito Federal e Deputado Distrital Cabo Patrício; IV - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que informe ao Tribunal a respeito de decisão, porventura adotada pelo Poder Judiciário, que determine a exclusão, dos quadros da Polícia Militar do Distrito Federal, de qualquer soldado beneficiado pelo Decreto nº 28.169/2007; V - determinar, ainda, o envio dos autos à 4ª ICE, para as providências pertinentes. (grifamos)*

7. Ainda naqueles autos, a Corte resolveu considerar legais várias inclusões sem o conhecimento do desfecho das ações judiciais impetradas pelos militares, a exemplo da Decisão nº 33/2010.

8. Assim, seguindo entendimento deste TCDF exarado no Processo nº 2492/1993, sugerimos que as inclusões dos militares Degeni Euzebio da Silva, Welington Paulo dos Reis, Dagmar Ornelas Nascimento e Ricardo de Oliveira Gonçalves, que foram beneficiados pelo Decreto nº 28.169/2007, sejam consideradas legais.

9. Em consulta junto aos sites do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, não localizamos ação judicial que tenha amparado a inclusão de Fernando Francisco Pires na PMDF.

10. Verificando o ato de inclusão do militar, acostado às fls. 446 a 451, constatamos que houve equívoco quando da elaboração do relatório de fls. 463 a 563, pois, na verdade, Fernando Francisco Pires não foi admitido na Corporação na condição sub judice. Assim, propomos à Corte que considere legal a inclusão em exame.

11. Nada mais havendo a ser tratado nos presentes autos, sugerimos o seu arquivamento, bem como dispensar a Corporação do cumprimento do item IV da Decisão nº 4013/2013.”

Sugere, assim, ao egrégio Plenário que: tome conhecimento do documento encaminhado pela Corporação em atendimento à Decisão nº 4.013/13, bem como das inclusões e posteriores desligamentos de militares; dispense a PMDF do atendimento da diligência determinada na Decisão nº 4.013/13; tenha por legais inclusões no efetivo da PMDF, por terem os respectivos militares sido beneficiados pelo Decreto nº 28.169/07, considerado legal e válido pelo Tribunal mediante a Decisão Reservada nº 34/09; e autorize o arquivamento dos autos.

O MPJTCD, mediante o Parecer nº 109/2017-CF, aquiesce às sugestões da Unidade Técnica, ressaltando entendimento contrário quanto à Decisão Reservada nº 34/09, que considerou que o Decreto nº 28.169/07 guarda conformidade com a legislação vigente.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 86/96

Rubrica: _____

VOTO

Ressalvando, apenas, o entendimento de que a diligência determinada na Decisão nº 4.013/13 deve ser tida por parcialmente cumprida, haja vista o teor da informação prestada, em seu atendimento, pela Corporação, e a mesma dispensada do cumprimento da parte não atendida, aliado ao fato de que adotei, nestes autos, o mesmo posicionamento no exame de processos da espécie, como os de nºs 1.064/03 e 15.322/05, qual seja, o de considerar legais as admissões amparadas pelo Decreto nº 28.169/07, acolho a manifestação da Unidade Técnica, corroborada pelo Ministério Público, e VOTO, com ajuste, no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

a) do Ofício nº 643/2013-DRS (fl. 844), encaminhado pela Polícia Militar do Distrito Federal, em cumprimento à Decisão nº 4.013/13;

b) das inclusões e posteriores desligamentos de Charles Nunes Macedo de Oliveira, Edmilson Ferreira da Silva, Euzico Tavares de Brito Sobrinho e Oziel de Oliveira Cunha, na graduação de Soldado Policial Militar, decorrentes do concurso público regido pelo Edital nº 02/1995-PMDF;

II – tenha por parcialmente cumprida a diligência determinada na Decisão nº 4.013/13, dispensando a Corporação do cumprimento da parte não atendida;

III – considere legais, para fim de registro, em cumprimento ao disposto no art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, as inclusões nas fileiras da Polícia Militar do Distrito Federal dos seguintes Soldados Policiais Militares, oriundas do concurso público regido pelo Edital nº 02/1995-PMDF, publicado no DODF de 14.12.95:

Dagmar Ornelas Nascimento

Degeni Euzebio da Silva

Fernando Francisco Pires

Ricardo de Oliveira

Wellington Paulo dos Reis

IV – autorize o retorno dos autos à SEFIPE, para fim de arquivamento.

Brasília, em de de 2017.

MANOEL DE ANDRADE
Relator